

## A nova Rússia e o homem de sempre

JOSÉ ADELINO MALTEZ

O ano 1989 foi, na verdade, um ponto alto marcado por uma determinada forma de queda de um bloco ou império que não obedeceu aos preceitos doutrinários do realismo político e do marxismo. Com efeito, como afirma João Paulo II, diferentemente dos que pensavam que a configuração estabelecida nas Tordesilhas de Yalta só poderia ser abalada por outra guerra eis que a mudança se operou através de uma luta pacífica que lançou mão apenas das armas da verdade e da justiça. Através do empenho não violento de homens que sempre se recusaram a ceder ao poder da força, e ao mesmo tempo souberam encontrar aqui e ali formas eficazes para dar testemunho da verdade.

O fim do comunismo na URSS e nos países ditos do Leste se foi condicionado pelas relações externas, teve, sobretudo, a ver com circunstâncias internas desses países, nomeadamente pela conquista da chamada sociedade civil feita pelo libertacionismo humanista.

Na verdade, a alteração de regime ocorrida nessas partes da Europa não aconteceu com nenhuma Terceira Guerra Mundial, como o admitiam os chamados realistas políticos, mas sim com as chamadas revoluções de veludo de 1989-1990, onde o poder dos sem poder foi bem mais poderoso que o aparelho de poder do concentracionismo.

Com efeito, os ingredientes escatológicos do salvacionismo marxista onde o conceito de alienação procurava substituir o pecado original, que seria redimido por um sistema terráqueo de construção do socialismo como objectivo da luta de classes, foi, com o leninismo, reduzido à estreiteza de um maquiavelismo mecanicista.

Na verdade, o marxismo-leninismo, ao adoptar uma antropologia que esvaziava a pessoa de interioridade e o mundo de mistério, só podia ser superado através de um processo libertacionista que aprofundasse simultaneamente a imanência e a transcendência, que ultrapassasse o pecado original da alienação,

não pelo irmão-inimigo da reapropriação (*Aneignung*) de uma qualquer ditadura de uma qualquer classe, mas sim pela reconciliação (*Versöhnung*) entre os homens de boa vontade. A essa dialéctica libertacionista chamou Soljenitsine milagre. Esse *quid* que os discípulos do

mecanicismo do fim da história, desde os adeptos da antropoteologia marxista aos seguidores da teologia do mercado, nunca poderão compreender, dado que carecem daquelas asas teóricas que os poderiam levar mais além.

Todos aqueles que, continuam emaranhados na hiper-informação sobre os acontecimentos políticos russos da era pós-gorbatcheviana e que não assumem a modéstia de ler os sinais dos tempos, através dos que têm a humildade de juntar o lume da profecia ao lume da razão, serão capazes de elaborar ima-

## Hannah Arendt e as origens do totalitarismo

INÉS MADEIRA DE ANDRADE

O pensamento político de Hannah Arendt deve ser entendido como resposta às catástrofes que ocorreram no tempo em que viveu e é em *The Origins of Totalitarianism* (New York, 1951) que encontro o fundamento para as considerações posteriores sobre a condição humana e as tensões entre a política e a filosofia.

Considerando a discussão desencadeada pela obra, aproximo-me das interpretações de Ronald Beiner, Bernard Crick e Claude Lefort, posição a que se opõem comentadores de Arendt como Bikhu Parekh (*H. Arendt and the Search for a New Political Philosophy*, 1981) e George Kateb (*Politics, Conscience, Evil*, Oxford, 1984) para os quais o pensamento de Hannah Arendt só pode ser entendido a partir da leitura de *Vita Activa*.

Na discussão de *The Origins of Totalitarianism*, abordo a análise que Arendt faz da época moderna e dos elementos (anti-semitismo, decadência do *Nationalstaat*, racismo, expansão pela expansão, aliança entre o capital e a "canalha") que, segundo a autora, não são totalitários em si, mas que, em conjunto, constituem a base do totalitarismo. Neste contexto surge a questão da expansão ilimitada do poder como fim em si próprio. Partindo da tese de Arendt segundo a qual o objectivo das estruturas totalitárias consiste em mudar a natureza humana, aniquilando a diversidade e a espontaneidade humanas e tornando as pessoas substituíveis e supérfluas, analiso, por um lado, os campos de concentração como centros de destruição da personalidade a vários níveis e, por outro lado, a problemática das vítimas.

Neste contexto, põe-se a questão do mal radical. Baseando-me na tese de Hannah Arendt, de acordo com a qual nem a moral estabelecida nem a religião provaram ser garantias contra o totalitarismo, pergunto até que ponto podem proteger o indivíduo e a sociedade de estruturas totalitárias. Disto resulta uma análise da afirmação de Arendt, segundo a qual é necessário, contra a experiência totalitária, assumir a responsabilidade de criar na sociedade, no espaço entre as pessoas, estruturas que protejam a liberdade de cada um e que promovam a capacidade humana de pensar e de agir. □